



DESAFIOS DO DOCENTE URBANO NA ESCOLA DO CAMPO LOCALIZADA NA CIDADE¹

Autor (1): Rilma Ferreira de Araújo

Licenciada em Pedagogia (UFPA). Especialista em Coordenação Supervisão Pedagógica (PUC-Minas) Mestre em Ciências da Educação (UDS)

Prefeitura Municipal de Abaetetuba; Secretaria de Estado de Educação do Pará – Email: rilaraujo@bol.com.br

Co-autor (1): Veralucia Araújo Quarema;

Licenciada em Pedagogia (UEPA). Especialista em Gestão Educacional (FAM)

Prefeitura Municipal de Abaetetuba; Secretaria de Estado de Educação do Pará – Email: veraluciakd@yhoo.com.br

Orientador (3): Marcos Marques Formigosa

Licenciado em Matemática (UFPA). Mestre em Educação em Ciências e Matemáticas (UFPA). Doutorando em Ensino (Univates).

Universidade Federal do Pará – mformigosa@ufpa.br

Resumo: O artigo apresentado é parte de uma pesquisa *in locus* da profissão docente desenvolvida em uma escola pública estadual localizada no centro da cidade de Abaetetuba (PA) e que atende aos alunos oriundos de comunidades rurais. Foi desenvolvida a partir da vivências dos pesquisadores, e contou com a colaboração de outros profissionais da escola. A pesquisa objetiva explicitar alguns entraves encontrados na constituição da educação do campo, quando esta tem dependências de estrutura, currículo e parâmetros urbanocêntrico. Nessa perspectiva, focaliza algumas articulações políticas, concepções, e relações de poder que tem se instalado na rede pública de ensino e enraizado no espaço escolar uma agenda de compromissos que sufocam e limitam o trabalho a atuação pedagógica e docente.

Palavras-Chave: Profissão docente; currículo urbanocêntrico; escola do campo.

1. Introdução:

A situação precária em que se encontra o ensino público, em particular a educação básica no Brasil, é fato incontestável. Tal precariedade são refletidos anualmente pelos indicadores nacionais de avaliação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e pelas avaliações internacionais a exemplo do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). Isso não é diferente quando nos reportamos para a Educação do Campo.

E mesmo que as discussões sobre Educação do Campo tenham ganhado espaço nas agendas acadêmicas no Brasil – impulsionado pela incansável luta dos movimentos sociais do campo e a persistência de inúmeros educadores comprometidos com a transformação, tanto das políticas desenvolvidas no meio rural, quanto as condições de exclusão social e negação de direitos culturais, educacionais – é preocupante os resultados apontados para esta modalidade de ensino.

Partindo desse prisma buscamos, a partir de nossas experiências de mais de 10 anos na área da Coordenação Pedagógica de escolas da rede pública de ensino e observando a trajetória

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido no interior do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Memória, Formação Docente e Tecnologia (GEPeMe/UFPA/CNPq)



percorrida da educação básica pública, tanto da esfera estadual quanto a municipal, entender a dinâmica escolar campo-cidade, dentro do contexto educacional a partir de uma escola localizada na área urbana de Abaetetuba (PA), o que caracteriza a pesquisa como sendo participante (BRANDÃO, 1981).

Para nos ajudar a compreender essa dinâmica, contamos com o diálogo com os profissionais docentes que cotidianamente convivem com a educação campo-cidade e os principais entraves da educação básica que dificultam o estabelecimento de uma educação do campo em sua plenitude. Trata-se de um pesquisa exploratória, cujos dados foram obtidos a partir de questionários respondidos pelos professores e do registro de opiniões ouvidas em grupos focais com professores das diversas áreas que atuam na escola. Nesse sentido, foi possível fazer uma análise melhor dos desafios da prática docente enfrentados durante esses anos, sob um olhar dos docente urbanos.

2. Desenvolvimento

O Estado do Pará, no ano de 2013, segundo dados do INEP, apresentou o 24º lugar no Ensino Médio e a 27º lugar no Ensino Fundamental II no IDEB dentre os estados do Brasil. A penúltima posição, registradas nesses dados são claramente configurados dentro das escolas e refletidas nas inúmeras reivindicações pautadas pelos professores que vão desde o sucateamento das escolas públicas até o não pagamento por parte do governo estadual do piso salarial dos professores, exemplos que retratam o descaso do governo que tem punido e oprimido a categoria e, conseqüentemente a escola.

Nessa direção, Paro (2000, p28) salienta que,

A situação também não é nova e vem persistindo por décadas, com tendência de agravamento dos problemas e carências, sem que o Estado tome medidas efetivas visando a sua superação; esse fato leva a se colocarem sérias dúvidas a respeito do real interesse do Estado em dotar a população, em especial as amplas camadas trabalhadoras, de um mínimo de escolaridade, expresso na própria Constituição mas que não encontra, mas que não encontra correspondente em termos de sua concretização. Por isso, parece pouca probabilidade de o Estado empregar esforços significativos no sentido da democratização do saber, sem que isso seja compelido pela sociedade civil.

As políticas educacionais que traduzem as intenções do poder público, são materializadas e operacionalizadas através da gestão nas escolas e secretaria executivas de educação regional. O exercício da autoridade muitas vezes ocorre através de atritos em todas as relações entre pessoas.

Diante da análise desse contexto educacional, nos sentimos instigados a desenvolver essa pesquisa, tendo como foco uma escola urbana que atende quase na sua totalidade alunos oriundos



do campo. Segundo dados do IBGE (2010), o município de Abaetetuba possui 141.100 habitantes, desses, 58.102 residem no campo (distribuídos nas suas 72 ilhas e nas suas 35 colônias² e ramais³).

Por esse número expressivo de sujeitos do campo, é necessário pensar em uma educação que atenda as especificidades desses sujeitos. Segundo Brasil (2002a, p. 1), os povos do campo têm um “[...] modo próprio de vida social e o de utilização do espaço do campo como fundamentais, em sua diversidade, para a constituição da identidade da população rural e de sua inserção cidadã na definição dos rumos da sociedade brasileira [...]”, e encontramos na Educação do Campo, enquanto política públicas, uma aliada nessas conquistas. Para Brasil (2002b, p. 1) a “educação do campo, tratada como educação rural na legislação brasileira, onde tem significado de incorporar os espaços das florestas, da pecuária das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao colher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”.

Nessa direção reivindica-se escolas do campo capazes de atender essas demandas. E considerando os diversos cenários que constituem a realidade amazônica, onde a oferta do Ensino Fundamental tem sido ofertada pelos municípios predominantemente para os anos iniciais do Ensino Fundamental, muitos alunos não dão continuidade no estudo por não existir a oferta dos anos finais do Ensino Fundamental na sua comunidade ou na comunidade mais próxima, muitas vezes essa oferta só existe na sede do município, o que dificulta mais ainda o seu acesso, dado os diversos problemas de logística de transporte escolar ou a grande distância existente entre a sua comunidade e a cidade, bem como o receio dos pais de alunos que não permitem ou não tem condições financeiras para manter os filhos na cidade.

Os que tem a possibilidade de dar continuidade nos estudos na área urbana, sem ter que se mudar para a cidade, fazem uso do transporte escolar para chegar até a escola. É nesse contexto, que a escola pesquisada está inserida e que recebe alunos frutos das classes multisseriadas aos moldes do que aponta Hage (2005) e Oliveira & Oliveira (2015). Segundo o Educasenso (2017) a mesma possui 1.163 alunos, assim distribuídos: turno da manhã 99% são moradores das ilhas do município de Abaetetuba e no turno da tarde, 98% são moradores das colônias e ramais. E os estudantes no turno da noite, formado predominantemente pela EJA, 99% dos mesmos são das colônias e ramais. Portanto a escola, agrega um número expressivo de alunos do campo, o que a caracteriza, segundo o inciso II do §1º do Decreto Federal nº 7.352/2010, como uma escola do campo.

Partindo dessa conjuntura e analisando o quadro 1 abaixo, que trata dos resultados do IDEB⁴ da escola, comparado como o IDEB do município de Abaetetuba, para os anos finais do Ensino

² Pequenas vilas localizadas às margens das rodovias estaduais.

³ Estradas de chão que ligam as comunidades rurais à uma rodovia estadual



Fundamental, a escola, desde o início da avaliação sempre ficou abaixo do resultado obtido pelo município e abaixo das metas projetadas pelo INEP para cada ano em que ocorreu a avaliação.

Quadro 1: IDEB da escola pesquisada e IDEB do município de Abaetetuba (PA)

	Escola Pesquisada						Município de Abaetetuba (PA)					
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Observado	2.8	2.3	2.9	-	3.0	3.1	3.3	2.7	3.2	-	3.2	3.4
Metas	-	2.8	3.0	3.2	3.6	4.0	-	3.3	3.5	3.7	4.1	4.5

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br>. Acesso em: 01/10/17

Observa-se, a partir dos dados do **quadro 1**, que em uma década de avaliação a escola conseguiu avançar apenas 0.3 pontos. E ao fazer comparação com o IDEB observado do município, houve o crescimento foi maior que o do município, que cresceu apenas 0.1 ponto, o que nos coloca a refletir que as dificuldades que encontramos nesta escola não destoam da realidade educacional das escolas do estado que funcionam no município de Abaetetuba.

A partir deste contexto, novos desafios são colocados aos profissionais desta escola, pois os mesmos são de origem urbana e precisam dialogar com um sujeito específico: a população do campo. Dada essas especificidades, a escola foi levada a rever todo seu processo educacional, a partir do olhar dos docentes buscando contribuir para um melhor entendimento dos reais problemas e desafios que vem se arrastando no interior da escola e como buscar possibilidades para o desenvolvimento da educação do campo em sua plenitude.

3. Resultados e Discussões

Foram selecionados 14 professores, a partir de suas vivências e experiências na educação básica e por compreender o contexto da educação que se dá na relação campo-cidade. Primeiramente foram realizadas entrevistas com um roteiro de perguntas semiestruturadas, que foram direcionadas em forma de diálogo aberto. As perguntas elencaram a história de vida dos professores, tempo de serviço, adaptação a escola. Assim, os relatos abaixo foram considerados mais representativos que surgiram dessas categorias. E o que mais chama atenção inicial é a unanimidade dos professores ao serem questionados sobre o desafio da profissão docente em sua prática pedagógica para trabalhar os alunos do campo? *“ensinar o aluno a aprender”*. Dentre as justificativas apontadas destacamos as seguintes: *“Os alunos ribeirinhos do turno da manhã têm maior concentração para estudar”*. *“Os alunos de ambos os turnos ingressam na escola com o mínimo de conhecimento de leitura e escrita”*.

⁴ Referente aos anos finais do Ensino Fundamental da rede estadual e ensino.



A partir dessas afirmativas é possível ter aproximações iniciais do por que os alunos têm dificuldades com a aprendizagem e vão sendo “engolidos” pelo sistema que tem um sistema de avaliação excludente e prima por “vencer o conteúdo”, mesmo que seja necessário ignorar que grande parte dos alunos não conseguem avançar e obter a nota mínima para aprovação.

Outro desafio mencionado pelos professores é a *indisciplina*, que tem variação de um turno para outro: pela manhã os alunos ribeirinhos são mais disciplinados, “concentrados”. No turno da tarde é um turno quente⁵, até mesmo insalubre a aprendizagem e apresenta o maior número de evasão. Mas, nos dois turnos a poluição sonora e visual é outro agravante pois, a escola está localizada no centro da cidade, especificamente em uma esquina.

O tempo e muitas atividades da escola e alunos são determinados pelo transporte escolar. Essa determinação vai desde o horário de aula e da distância de deslocamento dos alunos, que dificilmente consegue desenvolver outra atividade na escola, como estudar a dependência ou participar das aulas de educação física, no contraturno. A evasão e a reprovação devido o fator tempo/escola tem sido ignorado, muitas vezes pela escola, como também pela secretaria de educação estadual. E a ausência do transporte escolar é outro fator que interfere diretamente na vida da escola. Pois, comumente o mesmo deixa de funcionar pela falta de pagamento do governo municipal aos trabalhadores que prestam este serviço.

Quando questionados sobre o trabalho dos conteúdos escolares aliados ou a partir do contexto sociocultural dos alunos, os professores reconhecem que os alunos da escola são oriundos do campo, mas questionam *quais assuntos seriam relacionados a educação do campo?*, pois cada professor é de uma área diferente com conhecimentos, filosofia e práticas diferentes. Alegam que tem dificuldades de trabalhar de forma interdisciplinar, pois não foram formados nessa perspectiva e tampouco para trabalhar a partir da concepções da educação do campo, que está imbricada numa filosofia de lutas.

4. Conclusão

Seria muita ingenuidade dos educadores em esperar uma “transformação” educacional governamental que consiga dotar a população, em especial as amplas camadas trabalhadoras, de um mínimo de escolaridade compatível com uma vida decente. A situação precária em que se encontra o ensino público é mais uns dos exemplos do descaso do poder público para com os serviços essenciais a que a população tem direito.

⁵ Chegando a 45°C, segundo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Abaetetuba.



Assim, a escola mesmo que apresente alternativas educacionais dentro do seu currículo escolar que venha “amenizar” os resultados ruins IDEB tomado pela escola como uma “culpa sozinha” de seu fracasso no ensino, se constituirá em atitudes paliativas e momentâneas que não conseguirão solucionar o problema da carência de escolaridade. Mas se, além de dever do Estado, a universalização do saber é considerado algo desejável do ponto de vista social, no sentido da melhoria da qualidade de vida da população é necessário a participação popular na gestão da escola pública. Os discursos e Planos Nacionais, Estaduais e Municipais estão repletos de propostas sedutoras que nunca chegam a se concretizar inteiramente porque, em sua execução, falta investimento. Por isso, há poucas probabilidades de o estado empregar esforços significativos da democratização do saber.

Nesse sentido, faz-se necessário o reconhecimento legal da existência da educação campo, dentro espaço urbano, uma realidade ignorada a muitos anos pelos órgãos educacionais. Mas, esse reconhecimento não virá pela “boa vontade” das secretarias executivas de educação local. A participação popular deve extrapolar os muros da escola . Assim como a educação do Sistema Modular (SOME), tem lutado pela sua permanência nas ilhas e estradas nos municípios, a educação campo-cidade precisa lutar através das Conferências Municipal e Estadual de Educação por um Plano Nacional de Educação que os reconheça e trace diretrizes educacionais para essa realidade. Os artigos acadêmicos sobre a educação campo-cidade ainda são muito tímidos o que tem dificultados um grau maior de discussões.

A realização da pesquisa constatou o total desinteresse do Estado no provimento do ensino fundamental de qualidade para a maioria da população e a necessidade da ação da sociedade civil exigindo que o Estado cumpra seu dever constitucional.

5. Referência

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pesquisa Participante**. São Paulo: Editora Brasiliense 1981
- BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Secretaria de Educação Profissional e Tecnologia**. Conselho Nacional de Educação. **Câmara Nacional de Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEC, 2013.
- HAJE, Salomão Mufarrej, Educação do Campo na Amazônia: retrato das realidades das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Grafica e Editora Gutenberg Ltda, 2005
- LIBÂNEO, José Carlos. **O dualismo perverso da escola pública brasileira**: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 13-28, 2012
- OLIVEIRA, M. R. D. OLIVEIRA. N. S. S. Classes multisseriadas: práticas, memórias e formação docente. In: **Revista Margens**. V. 9. Nº 12, 2015, p. 224-238.